



*Município da Estância Balneária de Praia Grande*  
**Estado de São Paulo**

Em, 02 de dezembro de 2013

Mensagem nº 62/2013

Senhor Presidente,

Encaminho a essa colenda Câmara projeto de alteração dos artigos 3º, 9º, 10 e 11 da Lei Complementar nº. 568, de 11 de junho de 2010 que "Institui os procedimentos a serem adotados pelas concessionárias de serviços públicos ou terceiros interessados, em obras e/ou serviços executados nas vias e logradouros públicos e dá outras providências".

O presente projeto de alteração da referida Lei Complementar visa tornar o Município de Praia Grande mais atrativo para as concessionárias de serviços públicos realizarem serviços públicos de interesse social, como por exemplo, os serviços de esgotamento sanitário realizados pela Sabesp, com a supressão da figura da caução e previsão da autuação para as concessionárias que não atenderem a legislação municipal.

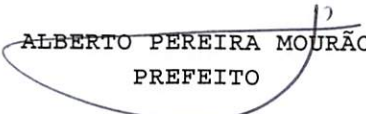
Frise que as concessionárias realizadoras dos serviços públicos permanecerão responsáveis por realizar a recomposição dos pavimentos e/ou equipamentos públicos danificados, além do recolhimento dos autos de infração e em caso de não pagamento os mesmos serão inscritos na Dívida Ativa do Município.

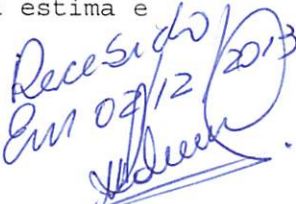
De acordo com o projeto, a supressão da caução e a inclusão da autuação para as concessionárias tornará a fiscalização mais ágil e eficiente, além de igualar o Município de Praia Grande aos demais Municípios vizinhos, visto que estes não adotam o sistema de caução e os contratos relativos aos serviços públicos de interesse social, normalmente, abrangem a Região Metropolitana da Baixada Santista.

Considerando a relevância da matéria, solicito seja a mesma apreciada com a necessária urgência.

Aproveito o ensejo para externar meus protestos de elevada estima e devotado apreço,

Atenciosamente,

  
ALBERTO PEREIRA MOURÃO  
PREFEITO

  
Recebido  
Em 02/12/2013  
Manoel Roberto do Carmo  
Diretor Legislativo

Excelentíssimo Senhor  
SÉRGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA  
Presidente da Câmara Municipal da  
Estância Balneária de Praia Grande - SP



*Município da Estância Balneária de Praia Grande*  
**Estado de São Paulo**

**PROJETO**

**DE LEI COMPLEMENTAR Nº**

**037/13**

**DE \_\_\_\_ DE \_\_\_\_ DE \_\_\_\_.**

**“Altera dispositivos da Lei Complementar nº 568, de 11 de junho de 2010, que regulamenta procedimentos a serem adotados pelas concessionárias de serviços públicos ou terceiros interessados, em obras e/ou serviços executados nas vias e logradouros públicos e dá outras providências.”**

O Prefeito da Estância Balneária de Praia Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faz saber que a Câmara Municipal, em sua \_\_\_\_ Sessão \_\_\_\_, realizada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2013, aprovou e ele promulga a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º.** O art. 3º da Lei Complementar nº 568, de 11 de junho de 2010, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º. Para obter a autorização para início das obras e/ou serviços, os interessados deverão formular requerimento em 01 (uma) via, acompanhado dos documentos abaixo relacionados, bem como enviar por meio eletrônico no endereço disponível no requerimento inicial:

I – 01 (uma) via do projeto de implantação;

II – 01 (uma) via do memorial descritivo, que contemple detalhadamente os serviços de recomposição do pavimento a ser danificado e/ou removido, bem como Plano de Sinalização Viária;

III – 01 (uma) via da planta de localização das intervenções;

IV – 01 (uma) via do cronograma de execução, com prazos compatíveis ao interesse público;

V – 01 (uma) via da anotação ou registro de responsabilidade técnica do profissional responsável pela obra e/ou serviço e sinalização;



*Município da Estância Balneária de Praia Grande*  
**Estado de São Paulo**

VI – 01 (uma) via da carta de apresentação da empresa responsável pelas obras e/ou serviços, quando não executada pela Administração Direta;

VII – 01 (uma) via do contrato que contemple o objeto da autorização solicitada.” (NR)

**Art. 2º.** O art. 9º da Lei Complementar nº 568, de 11 de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º. Para calcular o valor das autuações deverá ser considerado o valor estimado da recomposição do pavimento [VER], observando-se o disposto no Artigo 10 e com a utilização da seguinte fórmula:” (NR)

**Art. 3º.** Fica revogado o parágrafo único do art. 9º da Lei Complementar nº 568, de 11 de junho de 2010.

**Art. 4º.** O art. 10 da Lei Complementar nº 568, de 11 de junho de 2010, passará a vigorar com a seguinte redação, revogando-se o § 2º e § 3º do mesmo artigo:

“Art. 10. Para o cálculo da autuação a ser efetuada, os interessados deverão informar à Prefeitura de Praia Grande, junto à secretaria competente, a área estimada de pavimento a ser recomposto [AR] para as respectivas obras e/ou serviços de instalação ou de manutenção de acordo com o disposto no parágrafo primeiro deste artigo.” (NR)

I - .....

“II - para obras a serem executadas por métodos não destrutivos ou que não causem danos ao pavimento, será aplicada tabela [CUP] referente aos danos eventualmente causados como os prazos não atendidos;” (NR)

**Art. 5º.** O art. 11 da Lei Complementar nº 568, de 11 de junho de 2010, passará a vigorar com a seguinte redação e acrescido dos incisos IV, V, VI e VII :

“Art. 11. Verificado o desrespeito às disposições contidas nesta Lei Complementar o infrator ficará sujeito, às seguintes penalidades.” (N.R)

“I – a obra ou serviço executado sem autorização ou comunicação de emergência, em andamento ou concluída, assim como as previstas no parágrafo terceiro do Artigo 2.º, serem consideradas clandestinas, sujeitando o infrator à aplicação de multa de cem (100) vezes o valor do [CUP], por evento.” (N.R)

.....



*Município da Estância Balneária de Praia Grande*  
**Estado de São Paulo**

IV- O não atendimento a qualquer determinação emanada pelo poder público o infrator estará sujeito à aplicação de multa de dez (10) vezes o valor do [CUP], por evento conforme a classificação e tipo de pavimentação da via do local ou serviço a ser executado:

V- Quando não houver sanção específica dispondo o contrário, para uma mesma infração cometida por inobservância a qualquer disposição desta Lei Complementar ou do contrato, será aplicada a seguinte sequência de penalidades enquanto não sanadas as irregularidades:

Multa:

- a) R\$ 6000,00;
- b) R\$ 12.000,00;
- c) Cassação da autorização, devendo a concessionária que tiver sua autorização cassada retirar seus equipamentos do local no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

VI- Aplicada a penalidade, será assegurado ao infrator o direito de defesa, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da ciência.

- a) Das sanções impostas pelo Executivo, caberá pedido de reconsideração, com efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da ciência do interessado.
- b) Considera-se cientificado a concessionária que receber, pessoalmente ou através de empregado ou por meio eletrônico, a notificação ou auto de infração de que trata esta Lei Complementar.

VII- O recolhimento da multa será efetuado aos cofres municipais, nos seguintes prazos:

- a) – 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato ou de comunicação escrita, se não tiver havido pedido de reconsideração ou recurso;
- b) – 30 (trinta) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato que tenha indeferido o pedido de reconsideração ou negado provimento ao recurso.
- c) Não será concedida por esta municipalidade Carta de Aceite, sem que os débitos tributários e fiscais estejam quitados.
- d) O não recolhimento da multa nos prazos previstos implicará na inscrição do débito em dívida ativa com os acréscimos legais.

**Art. 6º.** As despesas com a execução desta Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.



*Município da Estância Balneária de Praia Grande*  
**Estado de São Paulo**

Art. 7º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio São Francisco de Assis, Município da Estância Balneária de Praia Grande, aos \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2013, ano quadragésimo sétimo da Emancipação.

**ALBERTO PEREIRA MOURÃO**  
**PREFEITO**

Reinaldo Moreira Bruno  
Controlador – Geral do Município

Registrado e publicado na Secretaria de Administração, aos \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Esmeraldo Vicente dos Santos  
Secretário de Administração



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

FOLHA DE INFORMAÇÃO

**PROCESSO Nº 214/13**

Sr. Presidente,

Abro o presente processo, composto de 05 fls. referentes a(o)  
**Projeto de Lei Complementar nº 037/13** e uma folha de informação.

Praia Grande, 03 de dezembro de 2013.

**Fabiano Cardoso Vinciguerra**  
**Operador Técnico**

A Assessoria Jurídica, para manifestação.

Praia Grande, 03 de dezembro de 2013.

**Manoel Roberto do Carmo**  
**Diretor Legislativo**





*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

**DIRETORIA JURÍDICA:**

Trata o presente processo de Projeto de Lei Complementar, de autoria do Executivo Municipal, com a seguinte ementa: "Altera dispositivos da Lei Complementar n.º 568, de 11 de junho de 2010, que regulamenta procedimentos a serem adotados pelas concessionárias de serviços públicos ou terceiros interessados, em obras e/ou serviços executados nas vias e logradouros públicos e dá outras providências."

As alterações ora introduzidas pelo Projeto pretendem tornar o Município mais atrativo às concessionárias de serviços públicos de interesse social, como por exemplo de esgotamento sanitário, com a supressão da figura de caução, e também com previsão de aplicação de penalidades as empresas que descumprirem a legislação municipal.

A proposta é da competência exclusiva do Poder Executivo, uma vez que trata da gestão administrativa dos serviços públicos, tratando especificamente da disciplina da concessão de serviços públicos, dependentes, obviamente, de licitação;

Portanto, do ponto de vista formal, e considerando que não vislumbramos restrições de ordem regimental ou legal que impeçam a apreciação do presente projeto pelo Colendo Plenário, esta Assessoria Jurídica é de parecer favorável à submissão do mesmo à deliberação colegiada, instância competente para apreciar o mérito da propositura.

Praia Grande, 03 de dezembro de 2013.

  
**FÁBIO CARDOSO VINCIGUERRA**  
Assessor Jurídico

Acolho o parecer, pelos seus próprios fundamentos.  
Praia Grande, 03 de dezembro de 2013.

  
**JOÃO RICARDO MARTÍNEZ CERVANTES**  
Diretor Jurídico



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

PROCESSO Nº ~~214~~/13

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº ~~37~~/13

AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, de FINANÇAS E ORÇAMENTO e de OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Relator: Vereadora TATIANA TOSCHI TOSCHI

PARECER CONJUNTO

Senhor Presidente:

Às catorze horas e vinte minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e treze, na sala dos Srs. Vereadores, presentes todos os seus membros, reuniram-se em conjunto os componentes das doulas Comissões de Justiça e Redação, de Finanças e Orçamento e de Obras e Serviços Públicos, a fim de estudarem o presente projeto e ao final exarar o seguinte parecer:

Trata o presente processo de Projeto de Lei Complementar, de autoria do Executivo Municipal, com a seguinte ementa: “Altera dispositivos da Lei Complementar n.º 568, de 11 de junho de 2010, que regulamenta procedimentos a serem adotados pelas concessionárias de serviços públicos ou terceiros interessados, em obras e/ou serviços executados nas vias e logradouros públicos e dá outras providências.”

— As alterações ora introduzidas pelo Projeto pretendem tornar o Município mais atrativo às concessionárias de serviços públicos de interesse social, como por exemplo de esgotamento sanitário, com a supressão da figura de caução, e também com previsão de aplicação de penalidades as empresas que descumprirem a legislação municipal.

A proposta é da competência exclusiva do Poder Executivo, uma vez que trata da gestão administrativa dos serviços públicos, tratando especificamente da disciplina da concessão de serviços públicos, dependentes, obviamente, de licitação;





**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

Considerando que, do ponto de vista legal, o projeto não sofre qualquer restrição para sua votação pelo Plenário, única instância a quem cabe discutir o mérito da propositura, estas Comissões analisantes são de parecer favorável a regular tramitação do presente projeto.

**QUORUM: MAIORIA ABSOLUTA**

  
**JANAINA BALLARIS**

  
**TATIANA TOSCHI MENDES**

  
**RÔMULO BRASIL REBOUÇAS**

  
**BENEDITO RONALDO CESAR**

  
**MARCO ANTONIO DE SOUSA**

  
**EDUARDO PÁDUA S. JARDIM**

  
**EUVALDO REIS DOS SANTOS MENEZES**



***Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande***  
Est. de São Paulo

**AUTÓGRAFO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 34/2013**

“Altera dispositivos da Lei Complementar nº 568, de 11 de junho de 2010, que regulamenta procedimentos a serem adotados pelas concessionárias de serviços públicos ou terceiros interessados, em obras e/ou serviços executados nas vias e logradouros públicos e dá outras providências.”

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE APROVA:

**Art. 1º.** O art. 3º da Lei Complementar nº 568, de 11 de junho de 2010, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º. Para obter a autorização para início das obras e/ou serviços, os interessados deverão formular requerimento em 01 (uma) via, acompanhado dos documentos abaixo relacionados, bem como enviar por meio eletrônico no endereço disponível no requerimento inicial:

I – 01 (uma) via do projeto de implantação;

II – 01 (uma) via do memorial descritivo, que contemple detalhadamente os serviços de recomposição do pavimento a ser danificado e/ou removido, bem como Plano de Sinalização Viária;

III – 01 (uma) via da planta de localização das intervenções;

IV – 01 (uma) via do cronograma de execução, com prazos compatíveis ao interesse público;

V – 01 (uma) via da anotação ou registro de responsabilidade técnica do profissional responsável pela obra e/ou serviço e sinalização;



***Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande***  
Est. de São Paulo

VI – 01 (uma) via da carta de apresentação da empresa responsável pelas obras e/ou serviços, quando não executada pela Administração Direta;

VII – 01 (uma) via do contrato que contemple o objeto da autorização solicitada.” (NR)

**Art. 2º.** O art. 9º da Lei Complementar nº 568, de 11 de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º. Para calcular o valor das autuações deverá ser considerado o valor estimado da recomposição do pavimento [VER], observando-se o disposto no Artigo 10 e com a utilização da seguinte fórmula:” (NR)

**Art. 3º.** Fica revogado o parágrafo único do art. 9º da Lei Complementar nº 568, de 11 de junho de 2010.

**Art. 4º.** O art. 10 da Lei Complementar nº 568, de 11 de junho de 2010, passará a vigorar com a seguinte redação, revogando-se o § 2º e § 3º do mesmo artigo:

“Art. 10. Para o cálculo da autuação a ser efetuada, os interessados deverão informar à Prefeitura de Praia Grande, junto à secretaria competente, a área estimada de pavimento a ser recomposto [AR] para as respectivas obras e/ou serviços de instalação ou de manutenção de acordo com o disposto no parágrafo primeiro deste artigo.” (NR)

I - .....

“II - para obras a serem executadas por métodos não destrutivos ou que não causem danos ao pavimento, será aplicada tabela [CUP] referente aos danos eventualmente causados como os prazos não atendidos;” (NR)



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
Est. de São Paulo

**Art. 5º.** O art. 11 da Lei Complementar nº 568, de 11 de junho de 2010, passará a vigorar com a seguinte redação e acrescido dos incisos IV, V, VI e VII :

“Art. 11. Verificado o desrespeito às disposições contidas nesta Lei Complementar o infrator ficará sujeito, às seguintes penalidades.”  
(N.R)

“I – a obra ou serviço executado sem autorização ou comunicação de emergência, em andamento ou concluída, assim como as previstas no parágrafo terceiro do Artigo 2.º, serem consideradas clandestinas, sujeitando o infrator à aplicação de multa de cem (100) vezes o valor do [CUP], por evento.” (N.R)

.....  
IV- O não atendimento a qualquer determinação emanada pelo poder público o infrator estará sujeito à aplicação de multa de dez (10) vezes o valor do [CUP], por evento conforme a classificação e tipo de pavimentação da via do local ou serviço a ser executado:

V- Quando não houver sanção específica dispondo o contrário, para uma mesma infração cometida por inobservância a qualquer disposição desta Lei Complementar ou do contrato, será aplicada a seguinte sequência de penalidades enquanto não sanadas as irregularidades:

Multa:

- a) R\$ 6000,00;
- b) R\$ 12.000,00;





*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
Est. de São Paulo

c) Cassação da autorização, devendo a concessionária que tiver sua autorização cassada retirar seus equipamentos do local no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

VI-Aplicada a penalidade, será assegurado ao infrator o direito de defesa, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da ciência.

a) Das sanções impostas pelo Executivo, caberá pedido de reconsideração, com efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da ciência do interessado.

b) Considera-se cientificado a concessionária que receber, pessoalmente ou através de empregado ou por meio eletrônico, a notificação ou auto de infração de que trata esta Lei Complementar.

VII- O recolhimento da multa será efetuado aos cofres municipais, nos seguintes prazos:

a) – 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato ou de comunicação escrita, se não tiver havido pedido de reconsideração ou recurso;

b) – 30 (trinta) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato que tenha indeferido o pedido de reconsideração ou negado provimento ao recurso.

c) Não será concedida por esta municipalidade Carta de Aceite, sem que os débitos tributários e fiscais estejam quitados.

d) O não recolhimento da multa nos prazos previstos implicará na inscrição do débito em dívida ativa com os acréscimos legais.

**Art. 6º.** As despesas com a execução desta Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.



***Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande***  
Est. de São Paulo

**Art. 7º.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

**MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
**Em 09 de Dezembro de 2.013**

  
**SÉRGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA**  
Presidente

**CARLOS EDUARDO GONÇALVES KARAN**  
1º Secretário

  
**EUVALDO REIS DOS SANTOS MENEZES**  
2º Secretário

**SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
**Em 09 de Dezembro de 2.013**

  
**Manoel Roberto do Carmo**  
Diretor Legislativo





Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande  
Estado de São Paulo

Em 09 de Dezembro de 2.013.

**OFÍCIO GPC-L Nº 271/13**

SENHOR PREFEITO:

Com os meus cordiais cumprimentos, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o incluso Autógrafo Lei Complementar nº 34/13, relativo ao Projeto de Lei Complementar nº 37/13, de autoria desse Executivo Municipal, o qual veio a este Legislativo capeado pela Mensagem nº 62/2013 e que “**altera dispositivos da Lei Complementar nº 568, de 11 de junho de 2010, que regulamenta procedimentos a serem adotados pelas concessionárias de serviços públicos ou terceiros interessados, em obras e/ou serviços executados nas vias e logradouros públicos e dá outras providências**”, aprovado em Segunda Discussão por ocasião da Décima Quarta Sessão Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura, realizada nesta data.

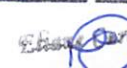
Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e real apreço.

Atenciosamente,

  
**SÉRGIO LUIZ SCHLANO DE SOUZA**  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
**ALBERTO PEREIRA MOURÃO**  
DD. Prefeito da Estância Balneária de  
**PRAIA GRANDE**

**CÓPIA**

RECEBIDO
18 / 12 / 13

Funcionário